



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 831, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

PARECER n. 00444/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.007489/2020-45

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - SNSH/MDR

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

I – Direito Administrativo. Minuta de Resolução do CNRH que prorroga, por um ano, o mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

II – Pela possibilidade de edição de Resolução pelo CNRH para autorizar, de modo excepcional, a prorrogação do mandato de membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica, nos termos do Parecer.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado a essa Consultoria Jurídica, com fulcro no art. 11, incisos I e V, da Lei Complementar n.º 73/93 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), para fins de assessoramento jurídico no exame da Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que prorroga, por um ano, o mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema (SEI 1944456).

2. Adota-se, como parte inicial deste relatório, o quanto informado na Nota Informativa nº 13 (SEI 1944519), de 10 de julho de 2020:

1. Trata-se da publicação de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH - que aprova a prorrogação, por um ano, do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

2. Informa-se que os Comitês da Bacias Hidrográficas dos rios Grande, São Francisco, Paranapanema e Verde Grande encaminharam, à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, documentação solicitando ao CNRH que analisasse sugestão de prorrogação dos mandatos de seus membros, em razão da emergência em saúde pública provocada pela pandemia do novo coronavírus.

3. O Comitê São Francisco- CBHSF, inclusive, encaminhou a deliberação Ad Referendum 112, datada de 31 de março de 2020, que trata da suspensão do processo eleitoral para a renovação dos membros do colegiado do CBHSF até que as autoridades sanitárias nacionais, assim como as dos Estados que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, declarem extinta a emergência sanitária provocada pela pandemia do coronavírus.

4. Desta maneira, em virtude da premência do caso e da necessidade de discutir a questão à luz da emergência em saúde pública, que têm dificultado e inviabilizado os procedimentos e atividades de mobilização social e discussão necessários ao processo eleitoral no âmbito dos Comitês de Bacia, a proposta de resolução em referência foi encaminhada para discussão no âmbito do CNRH, e entrou na ordem do dia de sua 42ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de junho de 2020, após a aprovação, por unanimidade, do pedido de requerimento de urgência, subscrito por onze conselheiros(as), SEI [1917972](#).

5. Naquela ocasião, o presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de Domínio da União, apresentou a proposta de resolução e relatou as dificuldades enfrentadas pelos Comitês, decorrentes da pandemia da COVID-19, principalmente nas questões de mobilização social e a impossibilidade de realização de reuniões presenciais, a fim de evitar a aglomeração de pessoas. Destacou que os CBHs não pararam as atividades durante a pandemia e que as agências vêm realizando trabalho remoto. Explicou ainda foi formulada uma diretriz geral que atendessem a todos os CBHs, no intuito de haver maior segurança jurídica no processo.

6. A matéria foi colocada em debate, oportunidade em que o Sr. Humberto Gonçalves, superintendente de apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA) explicou que o sistema de gestão de recursos hídricos é participativo e descentralizado, ressaltando a necessidade de mobilização social para seus processos eleitorais. O Sr. Everton Luiz da Costa Souza reforçou a importância desta resolução, que possibilitará a continuidade dos trabalhos nos Comitês.

7. Além disso, o Sr. Elio de Castri Paulindo, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado do Espírito Santo CERH -ES informou que o mesmo procedimento de prorrogação de mandatos dos comitês já havia sido realizado no estado.

8. O Sr. Davi Bomtempo, representando a Confederação Nacional da Indústria - CNI, perguntou o motivo da ausência do nome CBHSF no requerimento de urgência enviado originalmente por e-mail, ao que o Sr. Renato Ferreira, representando o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) respondeu que o citado Comitê já havia decidido, por deliberação ad referendum, a prorrogação dos mandatos e que sua inclusão no texto da resolução ocorreu por solicitação do próprio comitê, posteriormente ao envio do requerimento.

9. Em seguida, o Sr. Wilson de Azevedo Filho, representante da Associação das Empresas Mineradoras de Águas Termais de Goiás - AMAT - apresentou algumas sugestões de alterações formais do texto, que não alteram seu conteúdo, apenas explicitando que a prorrogação de mandato abrangerá, além das diretorias, as demais instâncias dos Comitês, além dos membros titulares e suplentes.

Redação da proposta inicial:

Art. 1º Prorrogar, por um ano, os mandatos dos membros dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos seguintes rios de domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

Parágrafo único: O prazo referido no caput será contado a partir do encerramento dos mandatos, cabendo aos Comitês encaminharem ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até 05 de novembro de 2020, o novo cronograma para o seu respectivo processo eleitoral.

Redação aprovada em plenária:

Art. 1º Prorrogar, por um ano, os mandatos dos membros, titulares e suplentes, dos seguintes Comitês das Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput estende-se aos mandatos das Diretorias e demais instâncias dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios mencionados nesta resolução.

§ 2º O prazo referido no caput será contado a partir do encerramento dos mandatos, cabendo aos Comitês encaminharem ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até 05 de novembro de 2020, o novo cronograma para o seu respectivo processo eleitoral.

10. A redação proposta para a resolução foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do CNRH, com abstenção do representante da CNI.

11. Considerando o exposto e que a documentação atendeu às disposições da [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e da [Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004](#), e ainda a necessidade dos Comitês de Bacia Hidrográfica de continuarem suas atividades, solicita-se urgência na publicação desta Resolução

Encaminhamento

12. Feitos esses esclarecimentos e estando instruído o processo, caso concorde, submete-se a presente Nota para que seja enviada a Consultoria Jurídica deste MDR, conforme disposto na Portaria nº 1.096, de 15 de abril de 2020.

13. Após manifestação da Consultoria Jurídica deste MDR, deverá ser solicitada as assinaturas na Resolução CNRH 213, na forma apresentada no documento SEI [1944456](#), e posterior publicação.

(...)

3. Nesse sentido, a minuta da Resolução CNRH (SEI 1948911) apresenta a seguinte redação:

RESOLUÇÃO CNRH N. 213, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga, por um ano, o mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, especialmente o inciso IV, art. 35, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno e dos documentos constantes do Processo 59000.007489/2020-45, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID 19);

Considerando que de agosto a dezembro de 2020 se encerram os mandatos dos membros e das diretorias dos Comitês das Bacias Hidrográficas em rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande, Paranapanema;

Considerando que os processos eleitorais para renovação de membros de comitês de bacia em rios de domínio da União demandam processos de mobilização social, realização de eventos e plenárias setoriais, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por um ano, os mandatos dos membros, titulares e suplentes, dos seguintes Comitês das Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput estende-se aos mandatos das Diretorias e demais instâncias dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios mencionados nesta resolução.

§ 2º O prazo referido no caput será contado a partir do encerramento dos mandatos, cabendo aos Comitês encaminharem ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até 05 de novembro de 2020, o novo cronograma para o seu respectivo processo eleitoral.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário Executivo

4. Para fins de compreensão da matéria, dentre outros documentos, destacam-se ainda:

a) Solicitações encaminhadas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios de Domínio da União (CBH Grande - SEI [1823916](#); CBH Paranapanema SEI - [1824833](#); e CBH Verde-Grande SEI - [1876903](#)) quanto à possibilidade de suspensão do processo eleitoral para renovação dos membros do Colegiado e, conseqüentemente, prorrogação da atual diretoria e de seus membros, em virtude do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19);

b) Publicação do CBH São Francisco acerca da DELIBERAÇÃO CBHSF AD REFERENDUM N° 112, de 31 de março de 2020 (SEI [1824822](#)), aprovando a suspensão do Processo eleitoral para a Gestão 2022/2024;

c) Nota Técnica n° 14/2020/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI 1914295), de 23 de junho de 2020, que recomenda encaminhamento da questão para deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

d) Requerimento de Urgência ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (SEI 1917972), de 24 de junho de 2020.

5. O Senhor Secretário Nacional de Segurança Hídrica então encaminhou o presente processo à Consultoria Jurídica para a emissão de parecer jurídico (SEI 1971569), em 03 de agosto de 2020.

6. É o relatório. Passa-se ao exame jurídico da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

7. Inicialmente, cumpre esclarecer que não compete a esta Consultoria Jurídica a análise do mérito administrativo do ato normativo que se pretende aprovar, cabendo à autoridade administrativa competente sopesar a conveniência e/ou oportunidade da elaboração do mencionado ato. Às consultorias jurídicas compete apenas a aferição do aspecto jurídico-legal das minutas cuja análise lhe são submetidas.

8. É nesse sentido o enunciado n° 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável.

Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

a) Dos Comitês de Bacia Hidrográfica – Da competência do CNRH para conhecer e deliberar acerca da prorrogação de mandatos dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica

9. Os Comitês de Bacia Hidrográfica integram o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de acordo com o art. 33, III, da Lei n° 9.433/97, e suas atribuições estão previstas no art. 38 da referida lei, que estabelece:

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das

entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII - (VETADO)

VIII - (VETADO)

IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

10. De forma didática, o sítio eletrônico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico traz informações sobre a importância e o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica (disponível em <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica>):

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, entes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, constituem o “Parlamento das Águas”, espaço em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos compartilhando responsabilidades de gestão com o poder público.

Comitê é um termo que indica uma comissão, junta, delegação ou reunião de pessoas, para debate e execução de ações de interesse comum. Bacia hidrográfica é um território delimitado por divisores de água cujos cursos d’água em geral convergem para uma única foz localizada no ponto mais baixo da região. Unindo os dois conceitos: Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) significa o fórum em que um grupo de pessoas, com diferentes visões e atuações, se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia.

É por meio de discussões e negociações democráticas que os comitês avaliam os reais e diferentes interesses sobre os usos das águas das bacias hidrográficas. Possuem poder de decisão e cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das águas nas bacias, sobretudo em regiões sujeitas a eventos críticos de escassez hídrica, inundações ou na qualidade da água que possam colocar em risco os usos múltiplos da água, conforme assegurados em Lei.

11. Do ponto de vista jurídico, o Comitê de Bacia Hidrográfica em rio de domínio da União é um órgão colegiado vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH (art. 1º, §§1º e 2º da Resolução CNRH nº 05/2000), competindo a este último, na forma do art. 35 da Lei nº 9.433/97:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

I - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;

II - arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

IV - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;

VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

VIII - (VETADO)

IX – acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; [\(Redação dada pela Lei 9.984, de 2000\)](#)

X - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

XI - zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#)

XII - estabelecer diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#)

XIII - apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional. [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#)

(destacou-se)

12. De igual modo, o Decreto nº 10.000/19, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que compete ao CNRH “*deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos conselhos estaduais de recursos hídricos ou pelos comitês de bacia hidrográfica*” (art. 1º, V) e “*aprovar propostas de instituição dos comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos internos*” (art. 1º, VIII).

13. Com efeito, verifica-se que a Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, estabelece as diretrizes para a formação e o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

14. Nesse contexto, salvo melhor juízo, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos possui competência para conhecer e deliberar sobre a questão trazida aos autos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União (São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema), qual seja, a possibilidade de prorrogação do mandato dos seus membros.

b) Do funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica e do processo de escolha dos seus membros – Da importância do seu Regimento Interno

15. A composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e a forma de escolha dos seus membros estão previstas nos arts. 39 e 40 da Lei nº 9.433/97, *in verbis*:

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteirizos e transfronteirizos de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério

das Relações Exteriores.

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União;

II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

Art. 40. Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

(destacou-se)

16. Observa-se, pois, que são os Regimentos Internos dos Comitês de Bacia Hidrográfica que devem estabelecer o número de representantes de cada setor e os critérios para sua indicação.

17. Outrossim, o art. 8º da Resolução CNRH nº 05/2000 determina constar nos Regimentos Internos dos Comitês a seguintes regras:

Art. 8º Deverá constar nos regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o seguinte:

I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos;

II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total 3 de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal; (NR)

Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

III - número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos; e (NR)

Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

IV - o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição. (NR)

Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez;

§ 2º As reuniões e votações dos Comitês serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação, com encaminhamento simultâneo, aos representantes, da documentação completa sobre os assuntos a serem objeto de deliberação; (NR)

Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

§ 3º As alterações dos regimentos dos Comitês somente poderão ser votadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com antecedência mínima de trinta dias, e deverão ser aprovadas pelo voto de dois terços dos membros do respectivo Comitê. (NR)

Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º

(destacou-se)

18. É importante também ressaltar que os Decretos de instituição dos quatro Comitês de Bacia Hidrográfica interessados (Decreto de 5 de junho de 2001- CBH São Francisco; Decreto 7.254/10 - CBH Grande; Decreto de 3 de dezembro de 2003 - CBH Rio Verde Grande; e Decreto de 5 de junho de 2012 - CBH Paranapanema) trazem as mesmas regras quanto ao funcionamento do Comitê e o processo de escolha dos seus membros. Eis o teor dos §§1º e 2º do art.2º e *caput* do art. 3º desses Decretos:

Art. 2º (...)

§ 1º O número de representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua escolha e indicação, serão estabelecidos no Regimento Interno do Comitê.

§ 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco será regido por seu Regimento Interno, em conformidade com os preceitos da Lei nº 9.433, de 1997, e da Resolução do CNRH nº 5, de 2000.

(...)

19. Ou seja, mais uma vez, o número de representantes de cada setor e os critérios para sua escolha e indicação, assim como o funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica, serão estabelecidos no Regimento Interno. Além disso, o processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

20. Nesse contexto, são os Regimentos Internos dos Comitês de Bacia Hidrográfica que devem estabelecer o mandato dos representantes e os critérios de renovação ou substituição (art. 8º, IV, da Resolução CNRH nº 05/2000), com a ressalva de que os mandatos do Presidente e do Secretário devem ser coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez (art. 8º, §1º, da Resolução CNRH nº 05/2000).

c) Da impossibilidade, em regra, de intervenção em Comitês de Bacia Hidrográfica pelo CNRH - Da possibilidade de edição de ato pelo CNRH para autorizar, de forma excepcional, a prorrogação do mandato de membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica

21. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos não deve, em regra, intervir em Comitê de Bacia Hidrográfica. É o que se extrai da norma do art. 4º da Resolução CNRH nº 05/2000:

Art. 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos só deverá intervir em Comitê da Bacia Hidrográfica, quando houver manifesta transgressão ao disposto na Lei nº 9.433, de 1997 e nesta Resolução.

Parágrafo único. Será assegurada ampla defesa ao Comitê de Bacia Hidrográfica objeto da intervenção de que trata este artigo.

22. Logo, a intervenção do CNRH em Comitê deve ser excepcional, somente quando houver manifesta transgressão ao disposto na Lei nº 9.433/97 e na Resolução CNRH nº 05/2000.

23. Nesse diapasão, no presente caso, salvo melhor juízo, a prorrogação de mandato de membros de Comitês de Bacia Hidrográfica por ato do CNRH parece implicar intervenção indevida do CNRH em Comitê.

24. É importante ressaltar que não se desconhece a previsão do art. 12-A da própria Resolução CNRH nº 05/2000^[1], que trata de prorrogação mandato e de prazos de escolha de membros do Comitê. No entanto, trata-se do contexto de instituição de Comitê, em que seus membros ainda não foram escolhidos, admitindo-se a prorrogação do mandato do Presidente e Secretários interinos.

25. Sendo assim, vislumbra-se a possibilidade de o CNRH autorizar a prorrogação do mandato de membros de Comitê de Bacia Hidrográfica, diante de situações excepcionais, devidamente justificadas e motivadas.

26. É importante ainda o CNRH levar em consideração e diferenciar o processo de escolha da função a ser exercida. Por exemplo, não obstante os membros do Comitê serem escolhidos mediante processo público, com ampla e prévia divulgação, o Presidente e o Secretário devem ser eleitos dentre seus membros

(art. 40 da Lei nº 9.333/97). Os membros da Diretoria, ao que parece, também serão escolhidos dentre seus membros e pelos seus próprios pares.

27. Faz-se mister, pois, justificar a necessidade de prorrogar os mandatos que são exercidos por membros eleitos pelos seus próprios pares (Presidente, Diretores etc.), na medida em que o uso da tecnologia da informação, como videoconferência, poderia ser utilizado para realizar as eventuais reuniões, discussões e votações entre os próprios membros do Comitê.

28. Logo, se não houver justificativa plausível, devidamente motivada, vislumbra-se a possibilidade de autorizar a prorrogação excepcional tão somente dos mandatos dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica que não são eleitos pelos seus próprios pares e dependam de processos de escolha públicas, com procedimentos e atividades de mobilização social e discussão necessários ao processo eleitoral no âmbito dos Comitês de Bacia, como audiências públicas etc.

29. Por derradeiro, ressalte-se que o ato que efetiva a prorrogação do mandato, o qual deverá ter a mesma forma do que o constituiu, deve ocorrer de forma tempestiva, isto é, antes da expiração dos mandatos atuais, não havendo legalidade para a sua prorrogação caso já estejam expirados.

d) Da minuta da Resolução CNRH (SEI 1944456)

30. Com relação aos termos da minuta da Resolução CNRH (SEI 1944456), devem ser feitas as seguintes observações:

a) Na ementa, substituir o termo “prorroga” por “autorizar a prorrogação”;

b) No preâmbulo, citar também a Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, como fundamento para o ato;

c) No segundo “considerando” do preâmbulo, a depender da avaliação do CNRH, conforme explicado na alínea abaixo, excluir “e das diretorias”;

d) Avaliar e justificar a necessidade do §1º do art. 1º, que prevê a prorrogação dos mandatos “*das Diretorias e demais instâncias dos Comitês das Bacias Hidrográficas...*”, à luz dos itens 26, 27 e 28 deste Parecer. Caso permaneça o seu conteúdo, substituir logo no início da redação “a prorrogação...” por “a autorização da prorrogação...”.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, abstraídos os aspectos técnicos, bem como aspectos de oportunidade e conveniência, opina-se pela possibilidade de edição de Resolução pelo CNRH para autorizar, de modo excepcional, a prorrogação do mandato de membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica, observadas as recomendações do Parecer, **em especial o disposto nos itens 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.**

32. Por fim, sugere-se a restituição dos autos para a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica para ciência e adoção das providências necessárias.

À consideração superior.

Brasília, 06 de agosto de 2020.

SÉRGIO MELO GUIMARÃES

ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000007489202045 e da chave de acesso 15850677

Notas

1. [^]Art. 11 A proposta de instituição do Comitê será submetida ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, se aprovada, será efetivada mediante decreto do Presidente da República; § 1º Após a instituição do Comitê, caberá ao Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no prazo de trinta dias, dar posse aos respectivos Presidente e Secretário Interinos, com mandato de até seis meses, com incumbência exclusiva de coordenar a organização e instalação do Comitê; § 2º Em até cinco meses, contados a partir da data de sua nomeação, o Presidente Interino deverá realizar: I - a articulação com os Poderes Públicos Federal, Estaduais e, quando for o caso, do Distrito Federal, a que se refere os incisos I e II, do art. 39, da Lei nº 9.433, de 1997, para indicação de seus respectivos representantes; II - a escolha, por seus pares, dos representantes dos Municípios, a que se refere o inciso III, do art. 39 da Lei 9.433, de 1997; III - a escolha, por seus pares, dos representantes das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, a que se refere o inciso V do art. 39 da Lei nº 9433, de 1997, podendo as entidades civis referenciadas, serem qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; e IV - o credenciamento dos representantes dos usuários de recursos hídricos, a que se referem o art.14 desta Resolução e inciso IV, do art.39, da Lei nº 9.433, de 1997; § 3º O processo de escolha e credenciamento dos representantes, a que se refere o parágrafo anterior deste artigo, será público, com ampla e prévia divulgação. Art. 12 Em até seis meses, contados a partir da data de sua nomeação, o Presidente Interino deverá realizar: I - aprovação do regimento do Comitê; e II - eleição e posse do Presidente e do Secretário do Comitê. Art. 12-A O prazo de mandato a que se refere o §1º do art. 11, bem como os prazos previstos no §2º do art. 11 e no caput do art. 12 poderão ser prorrogados, por tempo determinado, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, desde que tenha sido prévia e justificadamente solicitado pelo Presidente Interino do Comitê, quarenta dias antes do término de seu mandato.

Documento assinado eletronicamente por SERGIO MELO GUIMARAES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 474403706 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO MELO GUIMARAES. Data e Hora: 06-08-2020 20:51. Número de Série: 17326372. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 831, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00756/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.007489/2020-45

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - SNSH/MDR

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Encontro-me de acordo com os termos do Parecer n. 00444/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU, da lavra do Dr. Sérgio Melo Guimarães, proferido nos autos do processo em epígrafe.
2. À consideração do Sr. Consultor Jurídico. Após, sugere-se a restituição do processo, **com urgência**, à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, conforme proposto.

Brasília, 07 de agosto de 2020.

MARCELO EDUARDO MELO BARRETO
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000007489202045 e da chave de acesso 15850677

Documento assinado eletronicamente por MARCELO EDUARDO MELO BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 474833981 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO EDUARDO MELO BARRETO. Data e Hora: 07-08-2020 13:56. Número de Série: 49906031787313044759976516647. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GABINETE DO CONSULTOR JURÍDICO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 833, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5969/5979 - CONJUR@MDR.GOV.BR

DESPACHO n. 00759/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.007489/2020-45

INTERESSADOS: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA - SNSH/MDR

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Estou de acordo com o **DESPACHO n. 00756/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU**, que aprovou o **PARECER n. 00444/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU**.
2. Retornem os autos à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

Brasília, 07 de agosto de 2020.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL
ADVOGADO DA UNIÃO
CONJUR/MDR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000007489202045 e da chave de acesso 15850677

Documento assinado eletronicamente por ANDRE AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 474948282 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE AUGUSTO DANTAS MOTTA AMARAL. Data e Hora: 07-08-2020 15:00. Número de Série: 23856961436642311269338425808. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v5.